

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

390. “ROMEU E JULIETA” NA MÚSICA

Seria desnecessário lembrar o quanto à música tem procurado suas fontes de inspiração na literatura universal. Desde a Antiguidade até os mais modernos. Shakespeare e Goethe parecem-nos serem os poetas mais “utilizados” pelos compositores. E a propósito de Shakespeare queremos lembrar nesta nota sua obra mais conhecida, o “Romeu e Julieta”. Assunto propício a uma ópera, foi, contudo, aproveitada para mais diversas formas de composição e por compositores das mais diversas nacionalidades.

Entre as óperas, citemos as de Gounod, Steibelt, Zingarelli, Vaccaj, Bellini, Zandonai, Yvrid, Barkworth e Sutermeister, este último relativamente recente, pois sua ópera foi composta em meados do século XX. Quase todos intitularam suas operas com o mesmo título da obra de Shakespeare: “Romeu e Julieta”. Apenas Zandonai inverteu os nomes dos protagonistas, denominando sua ópera “Julieta e Romeu”, e Bellini intitulou a sua “Os Montecchi e os Capuletti”.

Parece-nos significativo notar que de todas essas óperas inspiradas em “Romeu e Julieta” (e provavelmente outras que deverão existir) a do francês Charles Gounod, composta em 1867, afirma-se com evidente primazia, a ponto de pouca gente mencionar as demais, embora duas outras, as de Bellini e Zandonai também tenham sido gravadas na íntegra. Mas, há na obra de Gounod qualquer coisa de expressão,

sentimento e arte que justifica plenamente o fato de haver ela se mantido em cartaz mais que qualquer outra.

Merecem registro, por outro lado, e fora do campo lírico, numerosas outras obras musicais inspiradas no “Romeu e Julieta”. Lembremos algumas: a legenda dramática de Berlioz; os bailados de Constant Lambert e de Prokofiev; a chamada “abertura-fantasia” (verdadeiro poema sinfônico) de Tchaikovsky; as aberturas de Mac-Farren e Pierson; as músicas incidentais de Thomas Arle, William Boyce, Salnhofer, Edward German, Frank Martin e David Diamond. Vejam os leitores: compositores ingleses, alemães, franceses, italianos, suecos, norte-americanos, russos... E obras de todas as épocas. A mais antiga talvez seja a de Thomas Arne, de 1750, enquanto a mais recente, das que conhecemos, data de 1947. E quanta coisa ainda existirá, de que não temos informação, tudo a indicar o quanto há de significativo na vinculação da música com a literatura.

E isso ocorre não apenas com o “Romeu e Julieta”, mas com todas as grandes obras da literatura universal. E vale lembrar que, do imenso repertório shakespeariano, “Romeu e Julieta” não foi a que inspirou maior número de obras musicais. Leva-lhe a palma, de longe, “A Tempestade”. Esperamos ainda voltar ao assunto. 2-2-2002

391. EVOCANDO ALCINDO SODRÉ

A necessidade de preparar um texto sobre as condições do Brasil por ocasião da revolução de 1930 levou-nos a reler livro que pode ser considerado fundamental para o conhecimento da época: “A gênese da desordem”, de Alcindo Sodré, publicado em 1932 integrando a preciosa “Coleção Azul”, do editor Schimidt, certamente a primeira coleção de “estudos brasileiros” publicada em nosso país. Coleção hoje bastante rara, pois seus volumes não foram reeditados e seus felizes possuidores guardam-nos carinhosamente.

Mas, não é do livro que pretendemos tratar nesta singela nota, mas de seu autor, Alcindo Sodré, com quem tivemos o privilégio de um bom relacionamento e a quem devemos a publicação de um dos primeiros trabalhos que, jovem ainda, tivemos o privilégio de ver em letras de forma.

Nascido no Rio Grande do Sul em 1895, veio pouco depois de formado em medicina para o Rio de Janeiro, radicando-se posteriormente na cidade de Petrópolis, onde viveu até o seu falecimento em 1952, não só no exercício de sua profissão, mas com intensa participação da vida da cidade, como vereador e prefeito municipal. Todavia, sua maior obra foi a criação do “Museu Imperial”, alojado no antigo palácio de D. Pedro II, que, com a proclamação da República, fora alugado para um importante estabelecimento de ensino.

O Museu foi inaugurado em 1939 e à sua frente esteve Alcindo Sodrê até o seu falecimento, tornando-o, sem dúvida, o museu mais rico do Brasil. Com sua morte, substituiu-o Lourenço Luiz Lacombe, também saudoso amigo, que com Sodrê trabalhou desde jovem no museu.

Além das publicações do próprio Museu Imperial, que o projetaram por todo o país, Alcindo Sodrê promoveu, pela Prefeitura Municipal, a publicação de uma série de preciosos volumes comemorativos do centenário da bela cidade serrana (1943). É neste ponto que entra o contato e a colaboração a que, de início, nos referimos. Havíamos, por sugestão de Pierre Monbeig, nosso professor de Geografia na Universidade de São Paulo, traduzido um trabalho do geógrafo francês Philippe Arbos sobre a cidade de Petrópolis, publicado em Grenoble, França, em 1938. Mostramos nossa tradução a Alcindo Sodrê, num encontro casual no Rio de Janeiro, e ele, de pronto, interessou-se em publicá-la num dos volumes da série petropolitana, a que há pouco nos referimos. Nossa tradução, para regozijo nosso, foi transcrita numa das publicações do Conselho Nacional de Geografia.

Além do livro citado inicialmente, publicou Alcindo Sodrê “Abrindo um cofre”, contendo peças valiosas do arquivo de D. Pedro II e numerosos trabalhos nas publicações do Museu e na Revista do Instituto Histórico Brasileiro. A evocação de seu nome no dia de hoje vem a propósito de seu falecimento, ocorrido, nesta data, no ano de 1952.

Lembremos, a propósito, que para a organização do Museu Imperial, Sodrê percorreu os maiores museus da Europa, introduzindo nele, o que causou maior admiração e que creio continuar sendo uma prerrogativa do museu petropolitano: o uso de pantufas, não é só para os funcionários, como para todos os visitantes. Se a memória não nos falha,

foi de um dos museus da Rússia que Alcindo Sodr  trouxe a idéia e nem sabemos de algum outro museu que a tenha adotado. 16-03-2002

392. UM BELGA A QUEM MUITO DEVE O BRASIL

Antes da constru o de Brasília - e durante pelo menos meio século - figurou nos mapas do Brasil, nas imedia es do atual Distrito Federal, um retângulo assinalador das primeiras demarca es para uma futura capital do País, de acordo com o que determinara a primeira Constitui o Republicana, de 1891. Tornou-se conhecida essa marca por “Quadrilátero Cruls”, nome do engenheiro belga que determinou a respectiva demarca o.

Apraz-nos, nesta nota, evocar a figura expressiva de Louis Cruls, o belga a quem muito ficou devendo nosso País. Chegando ao Brasil em janeiro de 1874, não tardou a identificar-se com o nosso ambiente. No ano imediato foi admitido como adjunto do Observatório do Rio de Janeiro, então dirigido por Emmanuel Liais, de quem se tornou logo auxiliar de confiança e a quem substituiu no cargo, dez anos depois. O magistério superior também recebeu sua colabora o, pois em 1889 foi nomeado para a cadeira de Geodésia e Astronomia da Escola Superior de Guerra, onde foram seus alunos algumas figuras destacadas de militares como Tasso Fragoso e Hast nfilo de Moura, ou de civis egressos do Exército, como Euclides da Cunha e Alberto Rangel.

A operosidade e o saber de Cruls não se manifestaram apenas nessas duas atividades práticas, que muitas outras exerceu, ligadas preferencialmente   matéria de sua predile o, a Astronomia. Entre elas, revela notar a viagem que empreendeu em 1882 ao extremo sul do continente americano, colaborando, em nome do Brasil, nos trabalhos que então se fizeram em todo o mundo, de observa o da passagem de V nus pelo disco solar. Essa expedi o, que alcançou os melhores resultados científicos, deu origem a interessantes e valiosas notas redigidas por um então jovem oficial de Marinha, que, mais tarde, ligaria seu nome   nossa história, ilustrando a gloriosa corpora o a que pertencia: Luís Felipe de Saldanha da Gama.

Proclamada a República, coube a Cruls a meritória incumbência a que, de início, nos referimos: chefiar a expedição encarregada de explorar o Planalto Central para a demarcação do futuro Distrito Federal. O relatório por ele apresentado dessa importante tarefa foi publicado em 1894. Obra magistral e completa para a época em que foi realizada, quando não se dispunham ainda dos modernos recursos de pesquisa e reconhecimento (principalmente a aerofotogrametria) é documento dos mais valiosos para o conhecimento daquela porção do Brasil.

Em 1947, graças ao zelo filial de Gastão Cruls, foi o relatório do cientista belga reeditado na preciosa coleção “Brasiliana”, e, dez anos mais tarde, publicou-se uma terceira edição, à qual seu filho deu um caráter por assim dizer definitivo, juntando-lhe todas as estampas constantes da primeira edição, bem como uma biografia do autor e ainda relatórios parciais de outros integrantes da exposição exploradora do Planalto Central, nas áreas da medicina, da geologia e da botânica. 23-3-2002.

393. UM GRANDE PAULISTA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Um caderno de efemérides recorda-nos que no dia de hoje, no ano de 1927, falecia, vítima de embolia cerebral, Carlos de Campos, então presidente do Estado de São Paulo e a quem não temos dúvida de caracterizar como “um grande paulista da Primeira República”. Aliás, teve a quem sair, pois filho de Bernardino de Campos, um dos maiores nomes da nossa crônica republicana e por duas vezes presidente de nosso Estado.

Nascido em Campinas a 6 de agosto de 1866, é, sem dúvida, um dos nomes de que sua cidade mais se orgulha. Sua carreira política iniciou-se em 1896 como deputado estadual. Como deputado federal tornou-se o líder da política paulista no Legislativo da nação. Ao lado de sua atuação política, exerceu atividades jornalísticas no “Correio Paulistano”, na época o mais antigo órgão da imprensa paulistana, vinculado diretamente ao governo como a folha oficial do antigo Partido Republicano Paulista.

Indicado por Washington Luís para substituí-lo no governo estadual, tomou posse no dia 1º de maio de 1924. Infelizmente não completou seu mandato, pois faleceu, conforme lembramos, menos de dois

anos antes de completar seu quadriênio. Todavia, seu governo foi dos mais significativos da nossa “Primeira República”. Caracterizou-se sempre pela serenidade e compreensão dos problemas que então vivia nossa vida administrativa, o que muito o ajudou a enfrentar a grande crise surgida dois meses após haver assumido o governo, nada menos que a revolução que eclodiu em São Paulo no mesmo ano de 1924, sob a liderança do Isidoro Dias Lopes, época em que a capital foi vítima de bombardeio por ordem de Artur Bernardes, então Presidente da República.

Foi essa, inegavelmente, uma das mais tristes páginas de nossa crônica republicana, rastilho de pólvora que não se limitou a incendiar São Paulo, mas com conseqüências que extrapolaram de nossas fronteiras, sendo simplesmente mais um elo da corrente revolucionária que eclodiria de maneira totalmente inesperada na revolução de 1930.

Mas, há em Carlos de Campos uma outra faceta infelizmente sempre ocultada pelo lado político: o seu interesse pelas artes, principalmente pela música, tendo sido um dos fundadores do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, de tanta importância na história artística paulistana, e, ele próprio, autor de diversas composições, inclusive duas operetas, diversas canções e peças para piano, principalmente as que foram reunidas na coleção denominada “Pedras Preciosas”.

Está Carlos de Campos no mesmo caso de muitos “monarcas compositores” que a história nos apresenta (inclusive nosso Primeiro Imperador) e que não tiveram condições de se dedicarem só à música, absorvidos como sempre foram com os problemas públicos e políticos. Mas, a simples menção de seu nome já é uma referência em nada desprezível. Pena que não tivesse nos brindado com obras mais significativas. 27-4.2002.